

FREDERICO MONTEDONIO REGO

Prefácio

Luís Roberto Barroso

Apresentação

Inocência Mártires Coelho

REPERCUSSÃO GERAL

Belo Horizonte

1 FÓRUM

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

R343r Rego, Frederico Montedonio

Repercussão geral: uma releitura do direito vigente / Frederico Montedonio
Rego. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

283p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0597-1

1. Direito Constitucional. 2. Direito Processual Civil. 3. Teoria Geral do Direito.
I. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

REGO, Frederico Montedonio. *Repercussão geral*: uma releitura do direito vigente. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 283p. ISBN 978-85-450-0597-1.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A REVOLUÇÃO NECESSÁRIA: COMO MUDAR A AGENDA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A QUALIDADE DA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL

Luís Roberto Barroso	19
I. O autor	19
II. O livro.....	20
III. Conclusão	22

APRESENTAÇÃO

Inocêncio Mártires Coelho	23
--	----

INTRODUÇÃO	27
------------------	----

CAPÍTULO 1

A SUBUTILIZAÇÃO DA NEGATIVA EXPRESSA DE REPERCUSSÃO GERAL, COM SUA CORRESPONDENTE SUPERUTILIZAÇÃO OCULTA: A INSUFICIÊNCIA DE UMA TÉCNICA DE EFEITOS AMPLOS USADA APENAS PARA RESOLVER CASOS REPETITIVOS		51
1.1	A negativa expressa de repercussão geral: um esforço que pouco se tem justificado	51
1.1.1	O paradoxo da repercussão geral, ou “primeiro, o menos importante”: um filtro de relevância só utilizado expressamente em último caso.....	52
1.1.2	O alto custo institucional exigido na negativa formal de repercussão geral	56
1.1.3	Os efeitos pouco benéficos – quando não deletérios – da negativa formal de repercussão geral: seu uso apenas para resolver casos repetitivos.....	61
1.1.3.1	A baixa eficiência da criação de “precedentes sobre questões de pouca relevância”: a inadequação da tela do filtro ao que deveria ser filtrado.....	61

1.1.3.2	Os efeitos deletérios da prática que restringe a negativa formal de repercussão geral a um instrumento de resolução de casos repetitivos	72
1.1.3.2.1	A abdicação, na prática, do poder de o Tribunal rever uma questão com repercussão geral negada	73
1.1.3.2.2	O risco de efeito contrário (“backfire”) de um voto do relator pela ausência de repercussão geral	77
1.2	A negativa oculta de repercussão geral: um sobre-esforço com efeitos colaterais	83
1.2.1	O obscurecimento dos juízos de relevância: inconsistências decorrentes da sua fusão com o juízo sobre o caráter constitucional ou não da questão	84
1.2.2	O obscurecimento dos juízos de relevância como causa retroalimentadora da litigiosidade: uma produtividade frustrada.....	101

CAPÍTULO 2

A MOTIVAÇÃO COMO VEÍCULO DE CONTROLE FORMAL DOS EFEITOS DAS DECISÕES NEGATIVAS NOS FILTROS DE RELEVÂNCIA DAS CORTES SUPREMAS		113
2.1	A expansão do alcance das decisões judiciais como decorrência da sua motivação: sua natural vocação para servir como precedentes	114
2.2	A amplificação do alcance expansivo da motivação nas decisões das cortes supremas: seu <i>locus</i> institucional como fator favorável à criação de precedentes	119
2.3	A necessidade de calibrar a motivação para evitar efeitos indesejados: como outras cortes supremas evitam a banalização de precedentes.....	133
2.3.1	Suprema Corte dos Estados Unidos	134
2.3.2	Tribunal Constitucional Federal da Alemanha	142
2.3.3	Corte de cassação da França	147
2.3.4	Suprema Corte do Reino Unido	156
2.3.5	Suprema Corte da Argentina	159
2.3.6	Corte Suprema de Cassação da Itália	166

CAPÍTULO 3

A NEGATIVA DE REPERCUSSÃO GERAL COMO INSTRUMENTO DE SELEÇÃO QUALITATIVA DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS		175
---	--	-----

3.1	A repercussão geral como graduação inevitavelmente discricionária da relevância que todas as questões constitucionais possuem em algum grau.....	176
3.1.1	A dimensão comparativa da repercussão geral: a impraticabilidade de motivar analiticamente milhares de comparações de relevância.....	176
3.1.2	O caráter inevitavelmente discricionário do juízo de repercussão geral.....	192
3.2	O <i>quorum</i> prudencial como contrapeso destinado a dificultar eventual exercício arbitrário do poder discricionário de negar repercussão geral	210
3.3	A admissão pelo direito brasileiro vigente das decisões negativas de repercussão geral com motivação atenuada, desde que com efeitos limitados	221
3.3.1	Compatibilidade do mecanismo com a Constituição de 1988	222
3.3.2	Compatibilidade do mecanismo com o Código de Processo Civil	235
3.3.2.1	A expansão dos efeitos das decisões negativas como possibilidade, não obrigação.....	235
3.3.2.2	Possibilidade de uso da sistemática de seleção qualitativa de recursos extraordinários em caso de alegada violação a súmula ou jurisprudência do STF.....	236
3.3.2.3	Outros detalhamentos processuais da sistemática	246
3.3.2.3.1	Descabimento de embargos de declaração	246
3.3.2.3.2	Inexistência de efeito contrário (“backfire”) se vencido o relator	248
3.3.2.3.3	Autorização para levantar o sobrestamento de casos represados caso a decisão negativa recaia sobre processo representativo de controvérsia	249
3.4	A natureza não jurídica dos obstáculos à utilização da repercussão geral como instrumento de seleção qualitativa de recursos extraordinários.....	251
	CONCLUSÃO	255
	REFERÊNCIAS.....	265